

Maria de Nazareth Baudel Wanderley*

*Agricultura familiar e campesinato:
rupturas e continuidade¹*

O debate que está na ordem do dia revela o grande salto que foi dado nos últimos tempos. De fato, nos anos 70, quando realizamos as primeiras reuniões do Pipsa (Projeto de Intercâmbio de Pesquisas Sociais na Agricultura), as discussões se faziam em um patamar construído pela perspectiva de modernização da agricultura e de urbanização do meio rural, no qual os atores sociais polarizavam as relações fundamentais entre capital e trabalho, segundo um modelo equivalente às relações industriais. Os olhares convergiam, em grande parte, para a constituição, no setor agrícola, de uma estrutura empresarial e para a emergência de um proletariado gerado por um mercado de trabalho específico ou unificado.

* Maria Nazaré B. Wanderley é professora aposentada da UNICAMP e professora do PPGS/UFPE.

¹ Texto preparado para a Aula Inaugural do primeiro semestre de 2004 a ser ministrada no CPDA/UFRRJ.

Quanto ao campesinato, a muitos ele parecia excluído desse futuro e se anunciava a sua “decomposição” ou os processos da sua subordinação às novas formas de capital no campo.

É bem verdade que, desde então, o desenvolvimento das forças produtivas criou um novo patamar para a agricultura e o meio rural, definido pela modernização das suas atividades e pela integração sócioeconômica global. No entanto, parece evidente que a imposição deste patamar não significou a implantação de uma forma social de produção única e homogeneizada, representada pelo modelo empresarial e do tipo industrial. Se estamos, hoje, discutindo o significado da agricultura familiar neste novo contexto da integração da agricultura e do meio rural é porque esta outra forma social de produção ocupa um lugar importante no cenário atual da economia e da sociedade brasileiras.

O debate atual gira em torno de um certo número de questões para as quais os diversos atores sociais propõem respostas distintas gerando um intenso campo de reflexão que, embora ultrapasse os limites da academia, encontram nela uma expressão teórica. O presente trabalho pretende refletir sobre uma destas questões: a que diz respeito à densidade conceitual da categoria “agricultura familiar”.

Campesinato e agricultura familiar

Observa-se, de fato, que existe uma certa dificuldade, do ponto de vista teórico, em atribuir um valor conceitual à categoria agricultura familiar que se difundiu no Brasil, sobretudo a partir da implantação do Pronaf. As posições a esse respeito variam bastante. Para uns, o conceito agricultura familiar se confunde com a definição operacional adotada pelo Pronaf que propõe uma tipologia de beneficiários em função de sua capacidade de atendimento.

Para outros, agricultura familiar corresponde a uma certa camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado em oposição aos demais “pequenos produtores” incapazes

de assimilar tais modificações. São os chamados agricultores “consolidados” ou os que têm condições, em curto prazo, de se consolidar. Supõe-se que as políticas públicas devem construir as bases para a formação desse segmento.

Tal posição é defendida com uma maior elaboração teórica. A idéia central é a de que o agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna e, de uma certa forma, ele resulta da própria atuação do Estado. Na Europa, esta posição é reforçada pelo fato de que não só as políticas agrícolas nacionais, como a própria PAC, definiram como modelo de estabelecimento agrícola o estabelecimento familiar composto por duas unidades de trabalho, em geral, o casal familiar.

Na verdade, o debate gira em torno da constituição desse ator social: trata-se da reprodução pura e simples de um campesinato “tradicional” com sua forma específica de funcionamento e de reprodução ou da emergência de um novo “personagem” na atividade agrícola e no meio rural, capaz de responder às exigências da sociedade e do mercado modernos, freqüentemente vistos como “gestados” pela própria ação do Estado? No primeiro caso, deve-se perguntar: a inserção desses camponeses na sociedade moderna não termina por provocar mudanças significativas nos traços característicos do campesinato tradicional? O que muda? No segundo caso – os agricultores que se formam a partir dos estímulos das políticas públicas – não se corre o risco de desconhecer e negar sua própria história? Não seria esta uma história camponesa?

É possível entender o campesinato em duas dimensões distintas, porém complementares. Em primeiro lugar, o campesinato se constitui historicamente como uma civilização ou como uma cultura. Henri Mendras se refere a uma civilização camponesa, cujas dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais são de tal forma entrelaçadas que mudanças introduzidas em uma delas afetam, como num jogo de cartas, o conjunto do tecido social (Mendras, 1984). Para Mendras, o campesinato está sempre associado a sociedades camponesas, não se reduzindo apenas a uma forma social de

organizar a produção, nem a um tipo de integração ao mercado. Marcel Jollivet avança o debate, ao articular essas “coletividades rurais” ao processo de transformação da sociedade em seu conjunto (Jollivet, 2001). O olhar do sociólogo deveria buscar compreender, para além da simples análise de sua dinâmica interna, a incidência local das lutas sociais mais gerais da sociedade em cada momento do processo histórico.

É preciso insistir que, pela sua própria natureza, o campesinato tradicional não constitui um mundo à parte, isolado do conjunto da sociedade. Pelo contrário, as sociedades camponesas se definem, precisamente, pelo fato de manterem com a chamada “sociedade englobante” laços de integração, dentre os quais são fundamentais os vínculos mercantis. Dessa forma, o processo de transformação do campesinato não pode ser entendido como a passagem de uma situação de isolamento social e de exclusão do mercado, para outra de integração econômica e social no conjunto da sociedade. Resta saber, em cada momento, de que sociedade englobante e de que campesinato se trata e como este se integra àquela.²

Em segundo lugar, o campesinato pode ser visto de uma maneira mais restrita, como uma forma social particular de organização da produção. Fala-se, neste caso, de uma agricultura camponesa, cuja base é dada pela unidade de produção gerida pela família. Esse caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica. Não se trata apenas de identificar as formas de obtenção do consumo, por meio do próprio trabalho, mas do reconhecimento da centralidade da unidade de produção para a reprodução da família, através das formas de colaboração dos seus membros no trabalho coletivo – dentro e fora do estabelecimento familiar –, das expectativas quanto

² No Brasil, aquela abordagem do campesinato como uma civilização ou uma cultura é igualmente adotada, entre outros autores, por Maria Isaura Pereira de Queiroz, Antônio Cândido, José de Souza Martins e Carlos Rodrigues Brandão.

ao encaminhamento profissional dos filhos, das regras referentes às uniões matrimoniais, à transmissão sucessória etc.

Evidentemente, essas duas abordagens não são antagônicas, uma estando imbricada na outra. Em seu estudo acima citado sobre a crise do campesinato na França, a partir dos anos 60, Henri Mendras demonstra como a introdução do milho híbrido, de origem americana, durante o período do pós-guerra, modificou profundamente, e não apenas do ponto de vista tecnológico, a civilização camponesa, até então fortemente presente no meio rural de seu país. Aparentemente, a forma de cultivar a nova variedade não era muito diferente daquela tradicionalmente utilizada na cultura da variedade local. No entanto, sua generalização terminou por afetar todas as relações sociais que estruturavam o mundo rural tradicional. Assim, por exemplo, a imposição do uso do trator introduziu no campo a noção do tempo abstrato, predominante no mundo industrial, ao contrário do tempo diferenciado, associado às vicissitudes da natureza e ao calendário agrícola. O saber tradicional dos camponeses, passado de geração em geração, não é mais suficiente para orientar o comportamento econômico. O exercício da atividade agrícola exige cada vez mais o domínio de conhecimentos técnicos necessários ao trabalho com plantas, animais e máquinas e o controle de sua gestão por meio de uma nova contabilidade. O camponês tradicional não tem propriamente uma profissão; é o seu modo de vida que articula as múltiplas dimensões de suas atividades. A modernização o transforma num agricultor, profissão, sem dúvida, multidimensional, mas que pode ser aprendida em escolas especializadas e com os especialistas dos serviços de assistência técnica. Como afirma Mendras, o agricultor “não é mais seu próprio mestre e necessita, permanentemente, de um mestre para instruí-lo” (Mendras, 1984: 164). A importância dos serviços de assistência técnica, gerados fora da comunidade local, cresce em detrimento do que esse autor chama de “modernização tradicional”, aquela que resulta da transformação sem ruptura da forma tradicional de produzir. Finalmente, como os camponeses parcelares são os primeiros e os mais numerosos a abandonar suas atividades

em razão das dificuldades em assimilar as mudanças introduzidas, toda a estrutura tradicional da sociedade camponesa é modificada em profundidade. Esse campesinato tradicional é considerado por uns numa perspectiva evolutiva. Isto é, sua presença significativa numa sociedade corresponderia a um período pretérito historicamente ultrapassado pelas condições modernas do mercado e da sociedade. As análises que são elaboradas sob tal perspectiva dão ênfase aos processos de ruptura e contrapõem as categorias de camponês (tradicional) e de agricultor (moderno). Outros estudiosos, no entanto, ao centrarem seu olhar sobre a dinâmica interna que orienta o funcionamento da unidade familiar, como é o caso dos autores dos estudos clássicos sobre o campesinato, tendem a atribuir um maior peso aos processos que representam uma continuidade entre o agricultor e o camponês.

Gostaria de defender uma hipótese – que não é nova nem é minha – que pode ser formulada da seguinte forma: mais do que propriamente uma passagem irreversível e absoluta da condição de camponês tradicional para a de agricultor familiar “moderno”, teríamos que considerar, simultaneamente, pontos de ruptura e elementos de continuidade entre as duas categorias sociais.

O agricultor familiar é, sem dúvida, um ator social do mundo moderno, o que esvazia qualquer análise em termos de decomposição do campesinato, mas, como afirma Marcel Jollivet (2001: 80), “no agricultor familiar há um camponês adormecido” (Aliás, um camponês bem acordado). Assim, o que concede aos agricultores modernos a condição de atores sociais, construtores e parceiros de um projeto de sociedade – e não simplesmente objetos de intervenção do Estado, sem história – é precisamente a dupla referência à continuidade e à ruptura.

Retomo, aqui, a proposta teórica formulada por Hugues Lamarche (Lamarche, 1993), segundo a qual os agricultores familiares são portadores de uma tradição (cujos fundamentos são dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida), mas devem adaptar-se às condições modernas de produzir

e de viver em sociedade, uma vez que todos, de uma forma ou de outra, estão inseridos no mercado moderno e recebem a influência da chamada sociedade englobante. Para usar as palavras de Hugues Lamarche: trata-se da dupla referência aos modelos “original” e “final” que movem os agricultores familiares.

Deve-se, portanto, considerar a capacidade de resistência e de adaptação dos agricultores aos novos contextos econômicos e sociais. Não é mais possível explicar a presença de agricultores familiares na sociedade atual como uma simples reprodução do campesinato tradicional, tal como foi analisado pelos seus “clássicos”. Esteve e está em curso, inegavelmente, um processo de mudanças profundas que afetam precisamente a forma de produzir e a vida social dos agricultores e, em muitos casos, a própria importância da lógica familiar. Porém, parece evidente, como já foi dito, que a “modernização” dessa agricultura não reproduz o modelo clássico (refiro-me aqui aos outros “clássicos”) da empresa capitalista, e sim o modelo familiar. Mesmo integrada ao mercado e respondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é anódino e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando – em proporções e sob formas distintas, naturalmente – as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido. Esse agricultor familiar, de uma certa forma, permanece camponês (o camponês “adormecido” de que fala Jollivet) na medida em que a família continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção e de reprodução e a instância imediata de decisão. Bruno Jean, sociólogo canadense, ilustra bem o que acabo de dizer. Ele fez uma interessante análise sobre as transferências intergeracionais dos estabelecimentos familiares na Província de Quebec, mostrando como nesse processo se realizam as conexões entre duas lógicas – patrimonial e empresarial. No primeiro caso, a transmissão é, para ele, um “negócio de relações” entre os agricultores e seus filhos, e a manutenção da propriedade através das gerações subordina todas as demais considerações. No segundo caso, a transferência

permanece uma relação entre pai e filho, mas se torna uma “relação de negócio”. Para Bruno Jean, os casos de insucesso dessa transmissão sucessória se devem, em grande parte, à tensão entre os dois paradigmas. Mesmo considerando que, nas condições atuais da atividade agrícola de Quebec, a lógica empresarial seja fortalecida, a relação familiar não é excluída. “... As pessoas identificadas na transmissão agrícola são as únicas que puderam aprender um ofício desde criança e de maneira contínua, até que estejam prontas para tornarem-se agricultores. Os resultados concretos de uma socialização tão precoce para a profissão se expressam numa forte reprodução social do grupo de agricultores, isto é, os produtores agrícolas atuais são filhos de agricultores, que são, também, por sua vez, filhos de agricultores e assim por diante”. (Jean, 2000: 3). Marcel Jollivet nos ajuda a entender tal processo de ruptura/continuidade, ao contrapor uma abordagem do campesinato, como um tipo ideal, à análise do camponês envolvido em processos sociais reais. A construção de tipos ideais é, inquestionavelmente, um procedimento clássico e consagrado na Sociologia. Como exercício de elaboração teórica, esse procedimento é, sem dúvida, portador de um grande poder explicativo, na medida em que permite identificar os traços característicos do tipo considerado e suas articulações internas e externas, favorecendo as comparações e as mudanças de paradigmas. Porém, pode haver o risco de se atribuir à elaboração dos tipos ideais uma certa rigidez, que venha a impedir a observação dos processos de transformação. Como afirma Jollivet: “Todo problema está na compatibilidade entre uma análise em termos de tipo-ideal e uma análise histórica. Mesmo sendo fundado sobre a história, o tipo-ideal do camponês faz abstração da história na qual o camponês é mergulhado e das metamorfoses que ele opera. Fechar o camponês – ou o agricultor – na abstração de um tipo ideal é recusar a ele sua historicidade própria, uma vez que se trata sempre de um camponês em situação histórica – ‘paysan-en-histoire’ – e que é para este camponês histórico que devemos olhar e compreender” (Jollivet, 2001: 75).

Nesse mesmo sentido, Theodor Shanin considera que o campesinato não é apenas portador de características de uma “matriz geral”,

“mas um grupo social que existe na consciência direta e na ação política de seus membros” e deve ser compreendido como “ator e sujeito da história social” (Shanin, 1980: 70).

Rupturas e permanências

O que muda e o que permanece? É impossível, naturalmente, responder a tal questão em profundidade neste texto. Permito-me apenas fazer alguns exercícios de caráter mais ilustrativo.

Uma primeira questão diz respeito à suposição de que os camponeses se recusariam a produzir, além da satisfação de suas necessidades básicas. Estabelecendo um balanço – avaliado subjetivamente – entre o esforço necessário à realização das tarefas produtivas (trabalho) e o resultado obtido com a produção (consumo), os camponeses seriam, pela sua natureza, dedicados exclusivamente a garantir a subsistência familiar, particularmente por meio de estratégias de diversificação produtiva e da aplicação do princípio da alternatividade. Nessas circunstâncias, não estariam interessados em empreender esforços que implicassem investir na atividade agrícola. Ora, os mecanismos de subordinação e de enquadramento dos agricultores familiares provaram, pelo seu sucesso em todos os países, que eles podem demonstrar uma importante capacidade de investimento, tanto maior quanto mais efetivamente integrados aos mercados modernos. Isto não impede, no entanto, que a subsistência familiar, inclusive sob a forma de autoconsumo, e a diversificação das atividades permaneçam objetivos constantemente renovados.³

Uma segunda questão refere-se à atualidade do princípio do rendimento indivisível. Ao se integrar ao mercado, nas condições modernas de

³ Lembraria aqui que no estudo comparativo internacional sobre a agricultura familiar, realizado sob a coordenação de Hugues Lamarche, os agricultores brasileiros, especialmente os do Rio Grande do Sul, eram, de longe, os que apresentavam o maior leque de diversificação do conjunto dos agricultores entrevistados nos cinco países (Lamarche, 1998).

produção, a unidade familiar introduz, em seu funcionamento, a necessidade de pagamentos diferenciados – recursos que têm destinos diferentes para compra de máquinas e insumos, para o pagamento de juros bancários e eventualmente da renda da terra ou do trabalho assalariado complementar à família.⁴ Pode-se concluir que o princípio do rendimento indivisível, tal como proposto por Chayanov, perde, nesse caso, todo poder explicativo? (Chayanov, 1974) Minha hipótese é a de que, embora a autonomização das parcelas autônomas do sobretrabalho seja o mecanismo pelo qual o agricultor familiar se incorpora ao processo de acumulação através de sua atividade produtiva, internamente, os resultados da produção continuam sendo percebidos pela família como um rendimento indivisível. Esta permanência não é sem conseqüências, uma vez que ela explica a possibilidade de realização de projetos comuns pelo conjunto da família e, ao mesmo tempo, a emergência de alguns dos conflitos freqüentes entre os membros da família, entre pais e filhos, marido e mulher etc.

Ainda há uma questão a considerar. Farei referências aqui a uma análise proposta por Placide Rambaud que diz respeito a mudanças na relação ao tempo (Rambaud, 1982). Enquanto o camponês tradicional enfatiza o “passado e suas tradições”, a agricultura moderna, ao introduzir a noção de progresso, transfere o primado ao futuro. Nesse contexto, usando as expressões de Rambaud, “são criadas instituições para controlar o futuro”. “A agricultura evolui sob o signo do número e da estatística previdencial”, gerando-se a necessidade do planejamento. Impõe-se a “linguagem da contabilidade”, “símbolo da nova acumulação do saber” que supera o saber tradicional herdado. A agricultura passa a ser, então, uma profissão que se aprende, como já dissera Mendras.

Todas essas transformações são incontestáveis, mas, para muitos agricultores familiares, a força do passado não se enfraqueceu e

⁴ Vale lembrar que, para Marx, o sobretrabalho produzido nas condições capitalistas assume formas distintas e autônomas de mais valia, o lucro, o juro e a renda da terra.

permanece como uma referência que determina as práticas e as representações das famílias. Assim, apesar da crescente influência da escolarização, os agricultores nunca renunciaram à socialização dos filhos pela própria família. Sugerindo que “seria instrutivo proceder a uma investigação sociológica sobre as transformações dos esquemas de pensamento e de ação que os Estados impõem aos agricultores”, Placide Rambaud reconhece que “A terra trabalhada por uma família não é apenas um espaço técnico, é também o espaço de uma certa concepção da liberdade individual conquistada sobre a sociedade e, mais ainda, contra o Estado” (Rambaud, 1982: 111). E ele acrescenta: “Em todo lugar, os trabalhadores (da terra) desenvolvem suas iniciativas em continuidade com seus pertencimentos antigos e em luta contra as formas de dominação política ou econômica” (Rambaud, 1982: 118). Finalmente, gostaria de tecer algumas considerações sobre a pluriatividade das famílias agrícolas. Para alguns autores, a pluriatividade corresponde a um processo gradual, cujo desfecho é o abandono das atividades agrícolas – ou a perda relativa de sua importância para a reprodução das famílias – e a passagem, também gradual, do meio rural para o meio urbano. Do meu ponto de vista, tal desfecho não é inexorável e o processo pode ser entendido num sentido inverso: a pluriatividade seria, neste caso, uma estratégia da família, com a finalidade de – diversificando suas atividades, fora do estabelecimento – assegurar a reprodução desse e sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família. A esse respeito, julgo muito importante distinguir o significado da pluriatividade exercida pelos diversos membros da família. Com efeito, o trabalho externo do chefe do estabelecimento é a base da verdadeira pluriatividade. Um estabelecimento familiar é pluriativo se o seu chefe trabalha fora. Isso acontece porque seu desempenho lhe assegura um tempo livre ou, quando ocorre o contrário, o estabelecimento não é capaz de absorver plenamente sua força de trabalho. O trabalho externo dos filhos adultos, que ainda moram sob o mesmo teto dos pais, provavelmente aponta para o processo de individualização e de busca de autonomia desses filhos

rumo à constituição em breve de uma outra família ou de tornar tal filho relativamente autônomo do ponto de vista financeiro. Esse fato reitera a própria condição familiar da unidade de produção cuja dinâmica, como já explicou Chayanov, insere-se no ciclo de vida dos seus membros. No caso da mulher, o trabalho externo pode ter duas significações principais: às vezes, é o caminho pelo qual a mulher adquire uma maior capacidade de participar dos ganhos da família (ela contribui para a família com o dinheiro que ela mesma ganhou); às vezes, o que ela ganha é investido de alguma forma na produção ou destinado a pagar dívidas do estabelecimento familiar. Em outros casos, o trabalho externo da mulher tende a criar um distanciamento em relação ao estabelecimento familiar. É uma autonomia para fora, semelhante à individualização dos jovens. É como se ela tivesse sua própria profissão e fosse apenas a esposa do agricultor.⁵

Uma outra agricultura

Afirmei anteriormente que o campesinato poderia ser entendido como sociedades camponesas e como agricultura camponesa. É possível acrescentar uma terceira abordagem que assume uma dimensão diretamente político-ideológica. Trata-se da construção de novas facetas de uma identidade social que pretende representar uma posição crítica em relação ao modelo dominante de agricultura moderna. Com efeito, o modelo produtivista, que realizou a modernização agrícola, é hoje profundamente questionado pelos seus efeitos perversos de ordem econômica, social e ambiental, e que afetam o conjunto da sociedade. Na maioria dos países de agricultura moderna, a crítica desse modelo vem sendo feita, em grande parte, por agricultores familiares que se definem como camponeses e que, dessa forma, colocam-se como portadores de uma outra concepção de agricultura moderna. Questionando uma visão que considera a agricultura como um simples campo de investimento de capital e, em consequência, privilegia a quantidade produzida e a produtividade

⁵ Na verdade, tal processo já deixaria de ser considerado propriamente pluriatividade, a esposa sendo apenas monoprodutiva fora do estabelecimento.

dos fatores produtivos, esses agricultores defendem um modelo fundado na qualidade dos produtos e propõem um pacto social entre produtores e consumidores, isto é, entre os agricultores e as populações urbanas. Produzir qualidade supõe, nessa perspectiva, que os agricultores dispõem de uma profunda competência profissional que resulta da confluência do saber técnico aprendido com o conhecimento da terra e da atividade agrícola, herdado das gerações anteriores e assimilado pelas experiências cotidianas da observação e do trabalho localizados.

A tradição camponesa, que por um momento parecia ter uma conotação negativa, diante do saber universal, renovado pela aplicação da ciência e de novas tecnologias, torna-se, nesse novo contexto, uma qualidade positiva. O agricultor familiar se apresenta, em tal pacto, como aquele que conhece de modo especial e detalhado a terra, as plantas e os animais que são seus, e que, por esta razão, sente-se comprometido com o respeito e a preservação da natureza, possuindo o que Carlos Rodrigues Brandão chamou “o afeto da terra” (Brandão, 1999) e o amor pela profissão. O conceito de camponês é, nesses casos, ressemantizado.

No Brasil, a construção dessa identidade foi, de uma certa forma, retardada pelo envolvimento dos movimentos de luta pela terra com a realização de experiências de coletivização – nada mais oposto ao projeto camponês –, bem como pela prioridade concebida pelo movimento sindical rural à consolidação do Pronaf. Mas ela começa a assumir uma expressão significativa por meio de novas estruturas organizacionais e da produção de um novo discurso referente a uma outra agricultura.

Uma agenda de pesquisa

Assim colocada, a proposta aqui defendida supõe a elaboração de uma verdadeira agenda de pesquisa. Longe de pretender abordá-la integralmente, este texto se limitará a indicar algumas de suas dimensões centrais, apenas sugeridas sob a forma de perguntas:

- a) Se estou me referindo a um camponês imerso em um processo histórico, resta saber que história é essa?
- b) Que campesinato – ou campesinatos – emerge(m) desse processo histórico particular?
- c) Como as transformações gerais da sociedade brasileira afetaram tal campesinato, definindo-lhe um novo espaço de reprodução e exigindo dele transformações internas significativas?
- d) Como as famílias camponesas percebem tais transformações e orientam suas próprias estratégias de adaptação?

Essas reflexões pretendem apenas ilustrar a complexidade da agricultura familiar e os desafios que ela enfrenta nas sociedades modernas. Pensando mais concretamente na realidade brasileira, creio ser necessário sublinhar alguns aspectos específicos da sua própria história que estão diretamente associados às questões que estamos tratando. A esse respeito, proponho a hipótese de que os agricultores familiares no Brasil, em sua grande maioria, têm uma história camponesa (em outro texto, eu me referi às raízes camponesas da agricultura familiar brasileira) (Wanderley, 1998). Não correspondem, portanto, a nenhuma invenção moderna produzida exclusivamente pela ação do Estado. Porém, esses mesmos agricultores devem adaptar-se às condições modernas da produção agrícola e da vida social; sua lógica tradicional – que, precisamente, permite defini-los como camponeses – é profundamente afetada por tal processo de integração econômico-social. Em geral, insiste-se muito na “incapacidade estrutural” do camponês para assumir a modernização da produção agrícola. Não se deve esquecer, no entanto, que, no caso brasileiro, o processo de modernização das condições de produção agrícola não está concluído nem se disseminou de forma homogênea por todo o território nacional. Cabe, portanto, perguntar-se em que grau a força transformadora dos novos processos se impõe e qual a sua capacidade efetiva para atingir os microespaços rurais e provocar mudanças nos processos sociais agrários. É possível, no limite, identificar situações locais, concretas, nas quais as formas familiares de produção – tanto quanto a grande propriedade extensiva – não sejam “provocadas” a

se transformar por nenhuma força modernizante de grande impacto, ou o sejam em grau muito reduzido.

A hipótese aqui assumida afirma que o tipo de capitalismo que se desenvolveu no setor agrícola brasileiro, antes ou depois do processo de modernização, jamais se libertou de sua vinculação com a propriedade da terra. Essa natureza estrutural do capitalismo agrário brasileiro, a meu ver, qualificou a própria modernização da agricultura – uma “modernização sob o comando da terra” (Wanderley, 1996). Ela é, também, responsável, em grande parte, por determinar o “lugar” social do campesinato na sociedade brasileira ao longo de sua história. Trata-se primeiramente de um lugar negado, não reconhecido. Em trabalho anterior, referi-me à reprodução de categorias paradoxais (em referência aos modelos clássicos) de “assalariados do solo” e de “agricultores sem terra” (Wanderley, 2002).⁶ Trata-se igualmente de um lugar subalterno e subordinado que submete o campesinato a um enorme esforço social para alcançar as condições mínimas de sua reprodução. Assim, em todas as regiões do país, e não apenas em suas áreas mais empobrecidas, grande parte de suas estratégias de reprodução ainda está consagrada, sob formas diversas, mais ou menos bem-sucedidas, a assegurar a constituição de um patrimônio fundiário estável e transmissível às gerações subseqüentes. Historicamente, essas lutas constantes se expressam por meio das estratégias da posse precária da terra, da migração, da venda da própria força de trabalho e da prática de uma agricultura itinerante. Marie Claude Maurel faz referência a um campesinato que se reproduz sob um modo utópico (Maurel, 1998).

Ao mesmo tempo, a energia está concentrada em vencer as dificuldades que resultam da condição de produtores de mercadoria em suas relações extorsivas com o capital comercial e agroindustrial. A expressão social dessa negação e dessa subordinação é a dimensão da pobreza social presente nas áreas rurais.

⁶ É em tal sentido que se pode falar na permanência e atualização de uma questão fundiária no Brasil.

É interessante observar que outras dimensões importantes da integração das populações camponesas à sociedade englobante parecem pouco enfatizadas no nosso caso. Assim, a título de exemplo, os camponeses brasileiros, em sua grande maioria, não são estimulados a poupar, como acontecia em outros países.⁷ Da mesma forma, nos anos 70, por ocasião do processo de modernização, os camponeses não foram convocados para participar do projeto de modernização da agricultura sob o argumento tautológico de que eram tradicionais e avessos ao progresso. Ora, os “latifundiários”, cuja atividade agrícola sempre teve uma forte marca extensiva e predatória, também não deveriam ter credenciais para assumir tal projeto. As credenciais, no entanto, eram políticas e não necessariamente econômicas e técnicas.

De fato, enquanto nos países hoje modernos a questão que se colocava era a de entender os processos pelos quais os camponeses iriam assumir em sua atividade produtiva as transformações necessárias à consolidação das novas formas de inserção no mercado moderno, em grande parte do Brasil, essa resposta foi dada politicamente. O processo de modernização se acompanhou, freqüentemente, de uma substituição dos atores sociais envolvidos na produção agrícola. Assim, a subordinação referida se traduz no nível político-ideológico pela legitimação da “empresa rural” – mesmo que mal definida – como a única forma de produção capaz de superar seus limites históricos e de assumir o projeto da agricultura moderna que interessa ao conjunto da sociedade brasileira.⁸

Essas considerações não pretendem desconhecer as grandes conquistas dos agricultores familiares e os novos lugares que eles hoje

⁷ Na França, por exemplo, a poupança dos camponeses constituiu historicamente uma importante fonte de acumulação.

⁸ As modificações na política de assistência técnica, ocorridas nos anos 70, são apenas uma ilustração do que acabo de dizer. O esvaziamento da intervenção, sob a ótica da extensão rural, em benefício de uma política de assistência técnica se traduziu, concretamente, na perda da centralidade da família rural que, com todas as críticas que possam ser feitas, marcava as práticas tradicionais de extensão rural.

ocupam no meio rural e na atividade agrícola do país. Porém, mesmo nesses casos, a dupla referência ruptura/continuidade permanece como guia para a compreensão dos processos de transformação, nos casos em que, efetivamente, se afirma a presença de uma agricultura familiar. E não me parece evidente que essa agricultura tenha rompido as barreiras da dependência e da insegurança que resultam da posição subalterna e secundária que lhe é socialmente atribuída.

Conclusões

Toda essa análise nos leva a assumir uma tripla postura no debate. Em primeiro lugar, a afirmação – ao contrário talvez de outros estudiosos do tema – de que o conceito de agricultura familiar (e de agricultor familiar) é pertinente para a compreensão do ator social a que estamos nos referindo. Mesmo sendo uma identidade “atribuída”, na maioria dos casos, ela é incorporada pelos próprios agricultores e à diferença de outras denominações impostas de fora (agricultor de baixa renda, por exemplo), ela aponta para qualidades positivamente valorizadas e para o lugar desse tipo de agricultura no próprio processo de desenvolvimento. Trata-se, aqui, evidentemente, não de propor uma outra denominação em substituição à que se difundiu no Brasil nos últimos anos e, menos ainda, uma nova identidade social – para o que a academia e os pesquisadores não têm, naturalmente, nenhuma competência –, mas de tentar “recheiar” tal categoria com o seu conteúdo histórico e sociológico

Em segundo lugar, a convicção de que o agricultor familiar não é um personagem passivo sem resistência diante de forças avassaladoras vindas de fora e de cima do seu universo. Pelo contrário, ele constrói sua própria história nesse emaranhado campo de forças que vem a ser a agricultura e o meio rural inseridos em uma sociedade moderna. E o faz recorrendo à sua própria experiência (camponesa) e procurando adaptar-se, como já foi dito, às novas “provocações” e desafios do desenvolvimento rural.

Finalmente, em terceiro lugar, o reconhecimento da grande diversidade de situações concretas que essa categoria genérica “agricultura familiar” pode incluir. A elaboração de tipologias é, assim, mais do que nunca necessária à compreensão dessa diversificação, garantindo-se, naturalmente, a compatibilidade entre a análise em termos de tipo-ideal e a análise histórica, como foi mencionado acima. O fio condutor dessa formulação deve ser, não a diferença entre categorias de renda observadas em um determinado momento entre os agricultores, mas a já referida capacidade de resistência e de adaptação às transformações mais gerais da sociedade.⁹

Referências bibliográficas

Brandão, Carlos Rodrigues. O afeto da terra. Campinas, Unicamp, 1999. (Pesquisas).

Cândido, Antônio. Os parceiros do Rio Bonito; estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro, José Olympio, 1964.

Chayanov, A. V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires, Nueva Vision, 1974.

Jean, Bruno. S’installer en agriculture familiale entre la logique entrepreneuriale et patrimoniale ; les enseignements d’une étude sur le transfert intergénérationnel des fermes. Rio de Janeiro, IRSA. (Comunicação ao X Congresso Mundial de Sociologia Rural), 2000. Jollivet, Marcel. Pour une siccence sociale à travers champs; paysannerie, capitalisme (France XXe Siècle). Paris, Arguments, 2001.

Lamarque, Hugues, (coord.). Agricultura familiar: 1. uma realidade

⁹ Antônio Cândido distinguiria as reações de aceitação total, rejeição total ou aceitação parcial dos padrões culturais propostos e impostos pela sociedade brasileira englobante no momento de seu estudo sobre os caipiras paulistas (Cândido, 1964).

multiforme. Campinas, Unicamp, 1993.

Lamarche, Hugues, (coord.). Agricultura familiar: 2. do mito à realidade, Campinas, Unicamp, 1998.

Maurel, Marie Claude. "Das trajetórias às estratégias fundiárias". In: Lamarche, Hugues, (coord.), Agricultura familiar: 2. do mito à realidade, Campinas, Unicamp, 1998.

Mendras, Henri. La fin des paysans, 2. ed. Paris, Actes Sud, 1984.
Rambaud, Placide. "L'apport des travailleurs de la terra à la société industrielle". Sociologia Ruralis, 22, 2:108-121, 1982.

Shanin, Theodor. "A definição de camponês: conceituações e desconceituações". Estudos CEBRAP, 26, 1980.

Wanderley, Maria de Nazareth Baudel. "A modernização sob o comando da terra; os impasses da agricultura moderna no Brasil". Idéias. (Revista do IFCH/UNICAMP), 3, 2, 1996.

_____. "Raízes históricas do campesinato brasileiro". In: Tedesco, João Carlos (org), Agricultura familiar: realidade e perspectivas, Passo Fundo, UPF, 1998.

_____. "Homenagem ao professor Marcel Jollivet". Raízes, 21, 2: 184-194, 2002.

Resumo (*Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade.*)

O presente artigo propõe uma reflexão sobre os conceitos de campesinato e de agricultura familiar. Muito freqüentemente, associa-se o primeiro às suas formas dominantes nas sociedades tradicionais, ao passo que se desconsidera a história camponesa da agricultura familiar. A hipótese proposta é a de que, nas sociedades modernas, mais do que propriamente uma passagem irreversível e absoluta da condição de camponês tradicional para a de agricultor familiar "moderno", teríamos que considerar, simultaneamente, pontos de rupturas e elementos de continuidade entre as duas categorias sociais.

Palavras-chave: campesinato, agricultura familiar.

Abstract: (*Family farming and peasantry: Ruptures and Continuities*). This article develops a reflection on the concepts of peasantry and family farming. Often the former is associated with dominant social forms in traditional society and, as a result, peasant history is not taken into account when discussing family farming. The hypothesis put forward here is that in modern societies, rather than an irreversible transition from the peasant condition to that of the modern family farmer, we are faced simultaneously with points of rupture and continuity between the two social categories.

Key words: peasantry, family farming, identity.